

A INCLUSÃO E A ACESSIBILIDADE NO IFG – CAMPUS INHUMAS: CAMINHOS E AGRURAS

Calixto Júnior de SOUZA¹

Resumo: Entende-se que o processo de inclusão não é algo novo e, por sua vez, inacabado, dessa forma é preciso repensar como esse processo se materializa no âmbito educacional de modo a investigar as potencialidades e os retrocessos do IFG - Campus Inhumas. Com isso, o objetivo deste artigo é investigar a acessibilidade neste campus, com o intuito de verificar o acesso considerado como arquitetônico. Para tanto, no que concerne à metodologia, buscamos utilizar de um estudo com base exploratória de modo a cunhar a análise da estrutura física do *locus* desse estudo. No que tange aos resultados esperados, almeja-se que as barreiras que se tornam empecilho para o processo de inclusão educacional sejam clarificadas por meio de medidas que possam auxiliar na melhoria da acessibilidade desta instituição, face aos entraves de acesso bem como dos recursos. Assim, a importância de trabalhos de inclusão no âmbito do IFG ressalta a relevância deste estudo para a melhoria do processo de inclusão educacional, garantindo a permanência e o êxito do mesmo perante o alunado em condição de deficiência.

Palavras-chave: Inclusão. Acessibilidade. Deficiência.

INCLUSION AND ACCESSIBILITY IN THE IFG - CAMPUS INHUMAS: PATHS AND CRAFTS

Abstract: It is understood that the process of inclusion is not something new and, in turn, unfinished, in this way it is necessary to rethink how this process materializes in the educational field in order to investigate the potentialities and regression of IFG - Campus Inhumas. With this, the objective of this article is to investigate and analyze the accessibility in this campus, in order to verify the access, be it physical or attitudinal. In order to do so, as far as the methodology is concerned, we seek to use an exploratory study in order to coin the analysis of the physical structure of the locus of this study. With regard to the expected results, it is hoped that the barriers that impede the process of educational inclusion will be clarified by means of measures that may help to improve the accessibility of this institution in the face of access barriers and resources. Thus, the importance of inclusion work within the scope of the IFG emphasizes the relevance of this study to the improvement of the process of educational inclusion, guaranteeing the permanence and success of the same before the students in the condition of disability.

Keywords: Inclusion. Accessibility. Disability.

¹ Doutorando em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano). E-mail: calixtojr_ufg@yahoo.com.br

1 Introdução

Partindo do pressuposto que o processo de inclusão envolve uma gama de elementos que almejam inserir o alunado na prática pedagógica do professorado, este artigo, em específico, focará no elemento da acessibilidade para denotar a inclusão de todo aquele que necessite de alguma estrutura arquitetônica que seja acessível à sua necessidade especial, como, por exemplo, pessoas cadeirantes, obesas, gestantes e idosas. Portanto, este artigo teve como objetivo geral investigar o processo de inclusão educacional² no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFG) - Câmpus Inhumas com vistas a trilhar os caminhos, desafios e avanços na acessibilidade à luz da norma NBR 9050 (ABNT, 2015).

A partir da década de 1990, com o advento da Conferência Mundial de Jomtien (UNESCO, 1990) e da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), a temática de inclusão ganhou força no cenário educacional. A partir de então vem sendo discutido o processo de inclusão de pessoas em condição de deficiência³ nos ambientes educacionais, de modo a trilhar os caminhos para uma educação inclusiva e acessível a todos e todas. Dessa forma, urgem as seguintes perguntas: o IFG/Câmpus Inhumas possibilita a inclusão de pessoas em condição de deficiência? O campus tem a acessibilidade necessária para garantir a permanência de tais pessoas?

No âmbito deste artigo, foram trilhados os primeiros caminhos para avaliar as temáticas de inclusão e acessibilidade no IFG – Câmpus Inhumas. Dessa forma, a primeira ação foi analisar a garantia do processo de inclusão educacional das pessoas em condição de deficiência de forma a identificar as lacunas na acessibilidade nesse campus. Também foram investigadas as demandas e necessidades das pessoas em condição de deficiência, sobretudo física e as com mobilidade reduzida, pois as barreiras físicas ou arquitetônicas limitam de ir e vir de modo independente. Tal limitação, junto com as barreiras atitudinais, pode influenciar na permanência ou exclusão de tais pessoas na instituição.

É um equívoco utilizar a expressão "portador de necessidades especiais" porque necessidades especiais são condições individuais e, isoladamente, pertencentes ao sujeito (MAZZOTTA, 2003). O correto seria tratar tais condições interligadas às relações sociais e culturais, levando tal articulação em conjunto com a escola, que está na condição de um espaço de formação do sujeito para o aperfeiçoamento do conhecimento sob um viés do que foi historicamente acumulado. Diante deste panorama, a terminologia tratada para referenciar determinado grupo pode significar os valores e o que se pensa sobre ele, dessa forma, atualmente, tais pessoas são referenciadas

² Utiliza-se aqui o termo inclusão educacional de modo a compreender que o educacional envolve as várias instâncias que perpassam pela escola.

³ Pertinente contextualizar a utilização da expressão 'pessoa em condição de deficiência' no sentido de que ela possa ser efêmera ou permanente, sendo que tal pessoa pode vir a deixar de estar com deficiência, sobretudo com o avanço da ciência.

como público-alvo da educação especial, cujas pessoas com deficiências fazem parte de tal público.

Buscando compreender os avanços da política de inclusão no contexto escolar, faz-se necessário analisar o discurso da legislação da contemporaneidade. Tal análise almeja investigar os avanços de uma educação que preze pela legitimidade da inclusão daqueles que foram e são marginalizados e, historicamente, segregados do âmbito educacional. Cabe ressaltar que a exclusão, quando legitimada, pode ser razão para acentuar outros indicativos de exclusão, ou até mesmo, dialeticamente, perpetuar a exclusão em outros âmbitos pertencentes à formação ontológica do aluno que, por sua vez, se refere a uma formação ligada às peculiaridades de cada ser de acordo com suas necessidades e potencialidades.

No que concerne à metodologia adotada, essencialmente sobre a classificação quanto aos objetivos deste estudo, tem-se como referencial o procedimento de análise do tipo exploratório, pois segundo Gil (2002), esse procedimento é adotado em pesquisas que possibilitam uma visão geral sobre a temática estudada, de modo a compreender acerca de determinado fato. Acima de tudo, o tipo exploratório é utilizado quando o tema escolhido é pouco explorado e, dessa forma, fica difícil de presumir e formular hipóteses coesas e definidas. De acordo com o autor supracitado, as pesquisas exploratórias exigem um menor grau de rigidez no planejamento e, por sua vez, acolhem o levantamento bibliográfico e documental, bem como os estudos de caso. Para tanto, este artigo possui um respaldo na norma ABNT 9050 por meio de uma análise técnica, com vistas a debruçar nos avanços ou retrocessos da acessibilidade no âmbito do IFG - Campus Inhumas.

Considerando a acessibilidade física um dos pilares para a materialização do processo de inclusão educacional (CAVALHER; OLIVA, 2014), faz-se necessário analisar os parâmetros técnicos concebidos pela ABNT 9050, com o intuito de investigar o avanço e/ou retrocesso das normas mínimas de acessibilidade do IFG - Câmpus Inhumas, que possam contribuir para o fácil acesso das pessoas com mobilidade reduzida bem como para as demais pessoas, cabendo a adequação dos espaços. Com isso, este artigo é inovador no sentido de demonstrar as lacunas de uma estrutura que já está posta, mas que poderá ser modificada com o intuito de atender as demandas e necessidades do grupo em questão.

Para tanto, a ideia de acessibilidade universal e dinamicamente planejada na escola perpassa pelo cumprimento das estruturas arquitetônicas, seguindo o que preconiza a NBR 9050. O que envolve a construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade (ABNT, 2015).

Portanto, com a finalidade de realizar a ligação entre a inclusão e a acessibilidade no âmbito do IFG, este artigo tem como norte potencializar a discussão entre o acesso e a permanência dos alunos em condição de deficiência nessa instituição, com vistas a materializar sua inclusão no ensino técnico e superior. Para tanto, urge repensar em um processo de ensino e

aprendizagem que rompa com os preceitos de um modelo tradicional de escola que tem como procedimento a reprodução alienada e acrítica.

2 Referencial Teórico

Partindo do pressuposto que a inclusão, no seu sentido genérico, apresenta um contexto de continuidade, o presente artigo trata do tema como um processo que envolve uma gama de fatores intrínsecos à acessibilidade. Isso resulta em uma dinamicidade do processo, qual seja: as exclusões veladas proporcionarão posturas de inclusão, assim como no ato da inclusão poderão existir práticas excludentes e, portanto, a exclusão está intrinsecamente ligada à inclusão. Exemplificando, um aluno poderá ser incluído em um contexto dos processos de ensino e aprendizagem, contudo, em outro contexto, poderá ser excluído, cabendo, portanto, à escola e ao professorado adotarem mecanismos inclusivos para desvelar as práticas excludentes. Tal exemplo justifica a continuidade posta pelo processo de inclusão educacional.

Cruz e Glat (2014) utilizam a metáfora da orquestra para explicar a sincronia do processo de inclusão educacional, cuja essência é que cada instrumento musical funcione de forma harmônica, concebendo, portanto, um trabalho coletivo e articulado. Tal pensamento pode ser comparado com o processo de inclusão educacional, em que o sistema de ensino deverá conceber um trabalho em equipe e colaborativo para lidar com os desafios vindouros de tal processo.

[...] temos na metáfora da orquestra uma ideia consistente, com certa perenidade, capaz de atravessar eras, mas sujeita a releituras que a aprimoram ao mesmo tempo que a rememoram e preservam. Dezenas de instrumentos que, desarticulados, descombinados, fadam ao desafino e torturam quem os ouve. O aprimoramento individual e coletivo, de cada instrumento específico, e da orquestra no geral, aproxima-nos da composição de nosso sistema de ensino; afinar-se internamente, cada segmento, para buscar na sequência uma afinação coletiva, orquestrada, ainda que por um breve espaço/tempo, para harmonizar as ações e os sons (CRUZ; GLAT, 2014, p. 270).

A inclusão é um desafio para a realidade escolar, já que sua concretude perpassa por uma reestruturação do contexto escolar como a própria função social da escola. Sobretudo, é preciso transcender os velhos paradigmas que regem a educação brasileira (MANTOAN, 2003), cuja essência seria avançar no sentido de superar os efeitos negativos do modelo tradicional de ensino. Além disso, importante frisar a dicotomia entre a formação de professores generalistas e especialistas para atuarem no ensino regular com as pessoas em condição de deficiência. Isso porque os professores generalistas deveriam assumir os conhecimentos ligados ao processo de inclusão educacional, ao passo que os professores especialistas deveriam se apropriar dos conhecimentos pedagógicos dos demais alunos (BUENO, 1999).

Diante deste panorama, é necessário construir um pensamento de valorização das diferenças e da diversidade para o alunado desde o início da instrumentação do saber. Considera-se que a inclusão só se efetivará por meio de uma acessibilidade atitudinal que, grosso modo, induzirá a quebra de barreiras que tanto impedem a efetivação do processo de inclusão educacional, sobretudo para o alunado em condição de deficiência.

3 A realidade da acessibilidade no IFG – Campus Inhumas

No que tange à estrutura e apoio às ações de inclusão, o IFG possui uma política institucional em prol do atendimento das pessoas em condição de deficiência, conforme se vê nas disposições contidas no Plano de Desenvolvimento Institucional:

Além disso, a Instituição tem procurado dispor de:

1. rampas de acesso às dependências dos câmpus da Instituição, com corrimãos adequados aos usuários de cadeira de rodas;
2. sanitários apropriados para alunos com necessidades específicas (barras de apoio nas paredes);
3. vagas destinadas para veículos de portadores de necessidades específicas;
4. telefones públicos, lavabos e bebedouros em altura acessível a usuários de cadeira de rodas;
5. portas com espaços físicos suficientes para a circulação de cadeira de rodas nos locais de acesso dos alunos;
6. elevadores que dão acesso aos pisos superiores dos Câmpus estão sendo instalados, a exemplo do Câmpus Goiânia;
7. bibliotecas com instalações e obras adequadas aos alunos portadores de necessidades específicas (audiovisuais, motoras e auditivas);
8. salas de videoconferência;
9. laboratório de informática para os alunos do Curso Letras/Libras no Câmpus Goiânia, com as devidas adaptações, em que a equipe de profissionais qualificados dá suporte aos alunos durante a semana, como coordenação e tutores especializados na área e intérprete de Língua Brasileira de Sinais. (INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS, 2013, p. 140-141).

Observa-se que o IFG possui uma gama de elementos ligados à acessibilidade física, de modo a propiciar: rampas, sanitários, vagas acessíveis, telefones públicos, lavabos e bebedouros em altura acessível para usuários de cadeira de rodas, portas com espaços físicos em largura mínima para a locomoção de cadeira de rodas, bem como laboratórios de informática, de química e biblioteca com as devidas adaptações para a inclusão dos alunos em condição de deficiência.

Apesar do avanço que tais estruturas trazem para a acessibilidade no âmbito do IFG, há ainda muito a ser feito para a construção de um espaço acessível que atenda a todas as necessidades e potencialidades do alunado, em particular os que estão em condição de deficiência. Acredita-se que o

grande desafio para a construção de ações em prol da inclusão está em prover a permanência de todos os alunos na prática pedagógica, e, sobretudo, criar programas e núcleos que possam possibilitar a concretização de tal empreitada.

Em outras palavras, urge a articulação entre a teoria e a prática, o discurso e o fazer, de modo a propiciar a efetivação de uma política institucional de inclusão educacional. No âmbito do IFG destaca-se o Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), que está em fase de implantação “[...] com vistas à identificação das demandas das pessoas portadoras de necessidades específicas por meio da sua escuta e no pronto encaminhamento dos processos institucionais para atender às referidas demandas.” (INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS, 2013, p. 141).

Com a criação desse núcleo, futuramente, o IFG voltará seus esforços para o processo de inclusão educacional almejando o atendimento das pessoas em condição de deficiência. Dessa forma, o NAPNE pode se tornar um importante mediador para o processo de inclusão no seio do IFG, pois favorece a

[...] política de ampliação do acervo bibliográfico, que prevê a aquisição de novos títulos, bem como a aquisição de maior número de exemplares dos títulos existentes para atender o aumento da demanda, visando a democratizar o acesso à informação e garantir aos alunos portadores de necessidades específicas um desenvolvimento satisfatório no processo de ensino-aprendizagem. Proposições quanto aos objetivos e funções do NAPNE podem ser identificadas em anexo. (INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS, 2013, p. 142).

O termo acessibilidade muitas vezes é confundido como somente o acesso, colocam-no como condição da pessoa, o que é um equívoco. Segundo Manzini (2014), a acessibilidade deve ser assumida em um contexto mais amplo, pois o termo acessibilidade diz respeito a todas as pessoas com deficiências ou com alguma mobilidade reduzida, tendo em parâmetro o conceito contido no art. 8º da NBR 9050 sobre esse termo que, por sua vez, reza pelo direito de ir e vir de todas as pessoas (ABNT, 2015). Sendo assim, as condições abrangidas por esse termo devem estar inseridas nos espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informações e comunicações, e não nas pessoas ou usuários.

A acessibilidade arquitetônica, por exemplo, é imprescindível para o processo de inclusão educacional, pois ela pode facilitar ou impedir a locomoção do alunado, sobretudo em condições de deficiência. Sendo assim, a falta de acessibilidade também pode ser fator de exclusão e, dessa forma, comprometer o processo de inclusão.

Diante desta situação, Manzini (2014) relata que a acessibilidade tem o poder de incluir ou excluir, pois inclusão e acessibilidade são complementares, quando não existe uma a outra também não existe. Sendo assim, sempre que não há acessibilidade, a exclusão é quase certa.

[...] se o desejo é o de controlar a presença de pessoas em determinados ambientes, edificações inacessíveis com acesso restringido, podem ser construídas. A história tem demonstrado que fontes medievais eram construídas para que fossem inacessíveis para os inimigos do rei, que muralhas foram construídas para separar países, dentre vários outros de formas para excluir pessoas. (MANZINI, 2014, p. 24).

Portanto, percebe-se que a acessibilidade é uma ferramenta poderosa, quando se trata de inclusão e exclusão. Por isso, deve ser tratada com o máximo de cuidado possível no âmbito educacional, pois da mesma forma que pode incluir alguns em detrimento de outras pessoas. É por isso que é importante seguir os padrões do desenho universal proposto pela NBR 9050.

4 Resultados e Discussão

Tendo em vista que a acessibilidade física é um fator imprescindível para a efetivação do processo de inclusão educacional, fez-se necessário avaliar a estrutura física do IFG - Campus Inhumas, principalmente pelo viés da NBR 9050. Para isso, realizou-se uma coleta de imagens e uma medição das estruturas na instituição em que há lacunas na acessibilidade arquitetônica, de modo a comparar com as medidas previstas na referida norma.

As normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) têm respaldo no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que acentua os princípios de acessibilidade para as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Em seu art. 8º é possível identificar os conceitos de acessibilidade e de barreiras, tão importantes para o entendimento do que vem a ser um ambiente acessível.

Art. 8º Para os fins de acessibilidade, considera-se:

I - acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

II - barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação, classificadas em:

a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público;

b) barreiras nas edificações: as existentes no entorno e interior das edificações de uso público e coletivo e no entorno e nas áreas internas de uso comum nas edificações de uso privado multifamiliar;

c) barreiras nos transportes: as existentes nos serviços de transportes;

d) barreiras nas comunicações e informações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de

comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação. (BRASIL, 2004).

Diante do exposto, a seguir serão discutidas e analisadas as imagens que denotam uma situação para que o processo de inclusão educacional se torne uma barreira, sobretudo arquitetônica, de modo a não permitir uma estrutura acessível à luz da NBR 9050, bem como o direito de ir e vir das pessoas em condição de deficiência.

Nas Figuras 1 e 2 observamos as barreiras arquitetônicas nos banheiros, masculino e feminino, dos servidores do IFG.

Figura 1 – porta de entrada do banheiro dos servidores



Fonte: Elaboração própria.

Figura 2 – detalhes do interior do banheiro dos servidores



Fonte: Elaboração própria.

Embora a NBR 9050 determine que a largura mínima de uma porta para que seja acessível seja de 90cm, observamos que a porta do banheiro dos servidores do IFG possui uma largura de apenas 55cm, não atendendo, portanto, as condições estabelecidas por tal norma.

Além disso, os banheiros não possuem barras de apoio (Figura 2), que de acordo com a ABNT são imprescindíveis para o uso com segurança e autonomia. Sendo assim, esses banheiros podem ser considerados inacessíveis para pessoas com deficiências físicas e pessoas com mobilidade reduzida. É pertinente ressaltar que há uma lei para garantir que os banheiros sejam adaptados seguindo a NBR 9050 para o uso adequado pelas pessoas com deficiência física, no entanto, muitas vezes isso fica apenas no cunho da legislação vigente e, portanto, não é concretizado na prática.

Figura 3 – escadas de acesso à sala de música e artes



Fonte: Elaboração própria.

Observando-se a figura 3 percebe-se que há uma barreira arquitetônica intransponível de acesso à sala de música e artes, que impede a circulação de pessoas com deficiências físicas, sobretudo os cadeirantes, pois as escadas não permitem que eles possam ter acesso às salas de música e artes. Também é perceptível que há barra de apoio apenas em um dos lados da escada, e que não há rampas de acesso para essas salas. Sendo assim, os alunos com deficiências físicas acabam sendo excluídos das aulas de música e artes ou encontram grandes dificuldades para acompanhar as aulas. Portanto, tal estrutura descumpra com o conceito de acessibilidade colocado no art. 8º da NBR 9050.

Outro problema encontrado é o balcão de atendimento dos servidores (Figura 4), que possui 111,5 cm de altura.

Figura 4 – balcão de atendimento aos servidores



Fonte: Elaboração própria.

O balcão não atende as condições de acessibilidade, previstas na NBR 9050, “[...] Balcões de atendimento acessíveis devem possuir superfície com largura mínima de 0,90 m e altura entre 0,75 m a 0,85 m do piso acabado, assegurando-se largura livre mínima sob a superfície de 0,80 m” (ABNT, 2015, p. 117). Portanto, o balcão de atendimento dos servidores não é acessível, pois diverge da altura preconizada pela norma.

Na biblioteca do IFG- Campus Inhumas também foram encontradas algumas lacunas no quesito acessibilidade, que podem ser vistas na Figura 5. Nela, percebemos que a única maneira de ir do piso inferior para o superior é pelas escadas, pois a biblioteca não possui elevador ou rampas.

Figura 5 – Escadas de acesso ao piso superior da biblioteca do IFG/Campus Inhumas



Fonte: Elaboração própria.

Além disso, observamos que no primeiro lance das escadas não há barras de apoio e no segundo apenas de um dos lados. Tal fato se constitui em uma grande barreira para as pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida, pois elas dificilmente conseguirão ter acesso ao piso superior. Segundo a NBR 9050, toda edificação pública deve atender as demandas do desenho universal, pois este propõe arquiteturas para que os espaços sejam acessíveis ao máximo de pessoas possível.

Outro problema encontrado na biblioteca da instituição são os corredores estreitos entre as estantes e as mesas de estudo (Figura 6), os quais podem atrapalhar as pessoas com deficiência física a se locomover pelos corredores para ter acesso às demais estantes de livros.

Figura 6 – corredor existente entre as estantes as mesas de estudo



Fonte: Elaboração própria.

Observamos também que a biblioteca não possui sinalização tátil, ou seja, as pessoas com deficiência visual não conseguirão ter acesso às informações ou instruções da biblioteca, caso que também é uma realidade em todo o campus. Segundo a NBR 9050, os ambientes devem possuir sinalizações que contenham informações legíveis para todas as pessoas, inclusive para aquelas com deficiência.

A Figura 7 mostra que há uma grande barreira para o acesso à quadra de esportes. O caminho para chegar à quadra é inacessível, pois não possui rampas nem escadas, ao contrário, há uma subida íngreme que dificulta o acesso das pessoas. Portanto, o acesso à quadra de esportes não é acessível, pois não segue os parâmetros do desenho universal da norma NBR 9050.

Figura 7 – rota de acesso à quadra de esportes



Fonte: Elaboração própria.

A partir dos resultados apresentados, constatamos que o IFG/Campus Inhumas, no que tange à acessibilidade, não tem conseguido contemplar por completo o que está previsto na NBR 9050. Sua estrutura apresenta várias lacunas para a concretização do processo de inclusão educacional, sobretudo para o alunado com deficiência física e/ou dificuldades de locomoção.

5 Considerações Finais

A intenção deste trabalho foi a de investigar a acessibilidade arquitetônica do IFG/Campus Inhumas de modo a constatar as lacunas, avanços e retrocessos para o alunado em condição de deficiência. Isso porque tais alunos têm o direito de serem matriculados na educação básica, profissional e superior e, portanto, cabe à instituição educacional, à família e à sociedade proporcionar um ambiente fecundo para a materialização de tal processo.

Nesta instituição ressalta-se, por um lado, a presença de vários pontos positivos que atendem a NBR 9050 com vistas a potencializar o acesso e a permanência dos alunos em condição de deficiência como, por exemplo, a estruturação de rampas de acesso. Tal ponto de vista determina um avanço para a acessibilidade desta instituição, pois, preza pela permanência do processo de inclusão educacional.

Por outro lado, foram encontradas várias barreiras arquitetônicas que podem impedir a locomoção de pessoas em condição de deficiência física ou com mobilidade reduzida, como gestantes e obesas. Sendo assim, após as análises, ficou evidente que a estrutura física da instituição deixa a desejar no quesito acessibilidade, sobretudo no cumprimento do que diz a norma NBR 9050.

Inicialmente a proposta deste trabalho era denunciar e demarcar as barreiras de acessibilidade no IFG/Campus Inhumas no que tange o aspecto arquitetônico. E, desta forma, possibilitar mudanças de valores atitudinais por meio da valorização de um ambiente fecundo para tratar a acessibilidade e o processo de inclusão educacional. É sabido que as atitudes podem determinar a existência ou não de um ambiente com acessibilidade, portanto, certamente, os resultados materializados neste estudo serão de grande valia para um *feedback* sobre acessibilidade no IFG/Campus Inhumas de modo a garantir a permanência do alunado na instituição.

Cabe à instituição educacional pensar e repensar sua prática pedagógica de modo a permitir pontes de conhecimento que sejam inclusivas com a área de Educação Especial, considerando que tal relação é essencialmente fecunda para fortalecer o processo de inclusão educacional. Além disso, como é preciso alicerçar culturas de inclusão que possam assegurar a (re)construção de práticas inclusivas no cotidiano escolar.

Importante ressaltar que se tem a intenção de dar continuidade a este estudo visando garantir um espaço cada vez mais acessível no campus. Inclusive, pretende-se criar uma maquete eletrônica do IFG/Campus Inhumas como forma de proporcionar uma visão panorâmica da

acessibilidade e, ainda, com a finalidade de possibilitar o reconhecimento da estrutura física para os alunos com deficiência visual. Para tanto, urge a articulação com outras disciplinas, como a artes, a geografia e a física, de modo a permitir um conhecimento ampliado sobre os conceitos de acessibilidade.

Referências

ABNT. *NBR 9050*: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 3.ed. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/abnt-nbr9050-edicao-2015.pdf>>. Acesso em: 08 mai. 2017.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Decreto n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004*. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 16 mai. 2016.

BUENO, J. G. S. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalista ou especialista. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Piracicaba-SP, v.3, n.5, p.7-25, 1999.

CAVALHER, D. Z.; OLIVA, D. R. S. D. Acessibilidade em cinco escolas de Concórdia: percepções de professores, gestores e pais de alunos com deficiência física. *Ágora: Revista de Divulgação Científica*, v. 19, n. 1, p. 26-37, jan./jun., 2014.

CRUZ, G. C; GLAT, R. Educação Inclusiva: desafio, descuido e responsabilidade de cursos de licenciatura. *Educar em Revista*, Curitiba, n.52, abr./jun. 2014.

GIL, A. C. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IFG. *Plano de Desenvolvimento Institucional*. Goiânia: IFG, 2013. Disponível em: <<http://www.ifg.edu.br/attachments/article/122/pdi.pdf>>. Acesso em 08 mai. 2017.

MANTOAN, M. T. E. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.



MAZZOTTA, M. J. S. Identidade dos alunos com necessidades educacionais especiais no contexto da política educacional brasileira. *Movimento*, Niterói, v.7, n.5, p.11-18, 2003.

MANZINI, E. J. Considerações teóricas sobre acessibilidade: da definição às concepções atuais. In: MANZINI, E. J.; CORRÊA, P. M. *Avaliação de acessibilidade na educação infantil e no ensino superior*. São Carlos: APBPEE, 2014. p.17-27.

UNESCO, Ministério da Educação de Jomtien. *Declaração Mundial sobre Educação Para Todos*: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien: UNESCO, 1990.

_____. Ministério da Educação e Ciência da Espanha. Declaração de Salamanca e enquadramento da acção na área da necessidade educativas especiais. *Conferência Mundial sobre as necessidades educativas especiais: acesso e qualidade*. Espanha:UNESCO, 1994.

Recebido em: 08 de outubro de 2017

Revisões requeridas em: 27 de dezembro de 2017

Aceito em: 16 de maio de 2018